

MENSAGEM DE BENTO XVI – Quaresma 2010
**A justiça de Deus manifestou-se
mediante a fé em Jesus Cristo (cfr Rom 3, 21–22)**

Queridos irmãos e irmãs,

Todos os anos, por ocasião da Quaresma, a Igreja nos convida a uma revisão sincera da nossa vida à luz dos ensinamentos evangélicos. Este ano, desejaria propor-vos algumas reflexões sobre o tema vasto da justiça, partindo da afirmação paulina: *A justiça de Deus manifestou-se mediante a fé em Jesus Cristo* (Cf Rm 3,21-22).

Justiça: “dare cuique suum”

Detenho-me, em primeiro lugar, no significado da palavra “justiça” que, na linguagem comum, implica “dar a cada um o que é seu – *dare cuique suum*”, segundo a conhecida expressão de Ulpiano, jurista romano do século III. Porém, na realidade, tal definição clássica não precisa em que é que consiste aquele “suo” que se deve assegurar a cada um. Aquilo de que o homem mais precisa não lhe pode ser garantido por lei. Para gozar de uma existência em plenitude, precisa de algo mais íntimo que só lhe pode ser concedido gratuitamente: poderíamos dizer que o homem vive daquele amor que só Deus lhe pode comunicar, tendo-o criado à sua imagem e semelhança. São certamente úteis e necessários os bens materiais. Aliás, o próprio Jesus preocupou-se com a cura dos doentes, matou a fome das multidões que o seguiam, e certamente condena a indiferença que também hoje sujeita centenas de milhões de seres humanos à morte por falta de alimentos, de água e de medicamentos. Mas a justiça distributiva não restitui ao ser humano tudo o que lhe é devido. Ele de facto precisa de Deus, porque aquilo que lhe é devido ultrapassa infinitamente o pão. Nota Santo Agostinho: se “a justiça é a virtude que distribui a cada um o que é seu... não é justiça do homem aquela que subtrai o homem ao verdadeiro Deus” (De civitate Dei, XIX, 21).

De onde vem a injustiça?

O evangelista Marcos refere as seguintes palavras de Jesus, que se inserem no debate de então acerca do que é puro e impuro: “Nada há fora do homem que, entrando nele, o possa tornar impuro. Mas o que sai do homem, isso é que o torna impuro. Porque é do interior do coração dos homens, que saem os maus pensamentos” (Mc 7,14-15.20-21). Para além da questão imediata, relativa ao alimento, podemos entrever nas reacções dos fariseus uma tentativa permanente do homem: atribuir a origem do mal a uma causa exterior. Muitas das ideologias modernas, realmente, assentam neste pressuposto: visto que a injustiça vem “de fora”, para que reine a justiça é suficiente remover as causas externas que impedem a sua actuação. Esta maneira de pensar - admoesta Jesus - é ingénua e míope. A injustiça, fruto do mal, não tem raízes exclusivamente externas; tem origem no coração do homem, onde se encontram os germes de uma misteriosa convivência com o mal. Reconhece-o com amargura o Salmista: “Eis que eu nasci na culpa, e a minha mãe concebeu-me no pecado” (Sl. 51,7). Sim, o homem torna-se frágil por um impulso profundo, que o condiciona na capacidade de entrar em comunhão com o outro. Aberto por natureza ao fluxo livre da partilha, sente dentro de si uma força de gravidade estranha que o leva a fechar-se em si mesmo, a afirmar-se acima e contra os outros: é o egoísmo, consequência do pecado original. Adão e Eva, seduzidos pela mentira de Satanás, ao pegar no fruto misterioso desobedeceram ao mandamento divino. Substituíram à lógica de confiar no Amor aquela da suspeita e da competição; à lógica do receber, da espera confiante do outro, a da auto-suficiência (Cf Gn 3,1-6). Daí resultou uma sensação de inquietação e de incerteza. Como pode o homem libertar-se deste impulso egoísta e abrir-se ao amor?

Justiça e Sedaqah

No coração da sabedoria de Israel encontramos um laço profundo entre a fé em Deus que “levanta do pó o indigente” (Sl 113,7) e a justiça em relação ao próximo. A própria palavra com a qual em hebraico se indica a virtude da justiça, *sedaqah*, exprime-o bem.

De facto, *sedaqah* significa, dum lado, a aceitação plena da vontade do Deus de Israel; do outro, equidade em relação ao próximo (Cf Ex 29,12-17), de maneira especial ao pobre, ao estrangeiro, ao órfão e à viúva (Cf Dt 10,18-19). Mas os dois significados estão ligados, porque o dar ao pobre, para o israelita, nada mais é que a retribuição que se deve a Deus, que teve piedade da miséria do seu povo. Não é por acaso que a entrega das tábuas da Lei a Moisés, no monte Sinai, se verifica depois da passagem do Mar Vermelho, isto é, a escuta da Lei pressupõe a fé no Deus que foi o primeiro a ouvir o lamento do seu povo e desceu para o libertar do poder do Egito (Cf Ex 8s). Deus está atento ao grito do pobre e, em resposta, pede para ser ouvido: pede justiça para o pobre (Cf Ecli 4,4-5.8-9), o estrangeiro (Cf Ex 22,20), o escravo (Cf Dt 15,12-18). Para entrar na justiça é portanto necessário sair daquela ilusão de auto-suficiência, daquele estado profundo de encerrar-se em si, que é a própria origem da injustiça. Por outras palavras, é necessário um “êxodo” mais profundo do que aquele que Deus efectuou com Moisés, uma libertação do coração, que a palavra da Lei, só, é incapaz de realizar. Existe portanto para o homem esperança de justiça?

Cristo, justiça de Deus

O anúncio cristão responde positivamente à sede de justiça do homem, como afirma o Apóstolo Paulo na Carta aos Romanos: “Mas agora, é sem a lei que a justiça de Deus se manifestou ... mediante a fé em Jesus Cristo, para todos os crentes. De facto, não há distinção, porque todos pecaram e estão privados da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente pela sua graça, por meio da redenção que se realiza em Jesus Cristo, que Deus apresentou como vítima de propiciação pelo seu próprio sangue, mediante a fé” (3,21-25).

Qual é portanto a justiça de Cristo? É antes de mais a justiça que vem da graça, onde não é o homem que repara, que se cura a si mesmo e cura os outros. O facto de que a “expição” se verifica no “sangue” de Jesus significa que não são os sacrifícios do homem a libertá-lo do peso das suas culpas, mas o gesto do amor de Deus que se abre até ao extremo, até fazer passar em si “a maldição” que respeita ao homem, para lhe transmitir em troca a “bênção” que respeita a Deus (Cf Gal 3,13-14). Mas isto levanta imediatamente uma objecção: que justiça existe onde o justo morre pelo culpado e o culpado recebe em troca a bênção que toca ao justo? Desta maneira cada um não recebe o contrário do que é “seu”? Na realidade, aqui manifesta-se a justiça divina, profundamente diferente da justiça humana. Deus pagou por nós, no seu Filho, o preço do resgate, um preço verdadeiramente exorbitante. Perante a justiça da Cruz, o homem pode revoltar-se, porque ele põe em evidência que o homem não é um ser auto-suficiente, mas precisa de um Outro para ser plenamente homem. Converter-se a Cristo, acreditar no Evangelho, no fundo significa precisamente isto: sair da ilusão da auto-suficiência para descobrir e aceitar a própria indigência e indigência diante dos outros e diante de Deus, enfim, descobrir a necessidade do seu perdão e da sua amizade. Compreende-se então como a fé não é um facto natural, cómodo, óbvio: é necessária humildade para aceitar que se precisa que um Outro me liberte do “meu”, para me dar gratuitamente o “seu”. Isto acontece particularmente nos sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Graças à acção de Cristo, podemos entrar na justiça “maior”, que é a do amor (Cf Rm 13,8-10), a justiça de quem se sente sempre mais devedor do que credor, porque recebeu mais do que aquilo que poderia esperar. Fortalecido precisamente por esta experiência, o cristão é levado a contribuir para a formação de sociedades justas, onde todos recebem o necessário para viver segundo a própria dignidade de homem, e onde a justiça é vivificada pelo amor.

Queridos irmãos e irmãs, a Quaresma culmina no Tríduo Pascal, no qual também, este ano, celebraremos a justiça divina, que é plenitude de caridade, de dom, de salvação. Que este tempo penitencial seja para cada cristão tempo de autêntica conversão e de conhecimento intenso do mistério de Cristo, que veio para realizar a justiça. Com estes sentimentos, a todos concedo de coração, a Bênção Apostólica.

Vaticano, 30 de Outubro de 2009

BENTO XVI